



UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O CAMPEBINATO COMO CLASSE SOCIAL

Rômulo Luiz Silva Panta
Universidade Federal da Paraíba

Ivan Targino Moreira
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Uma das discussões proeminentes quanto à posição do campesinato no modo de produção capitalista, bem como seu papel enquanto sujeito, se dá em relação a sua compreensão como classe social. A compreensão marxista sobre a composição das classes sociais se estrutura, fundamentalmente, em duas: a burguesia e o proletariado, sendo a primeira caracterizada pelos possuidores dos meios de produção e a segunda caracterizada pelos despossuídos. Contudo, o campesinato enquanto sujeito social não se encaixa na linearidade da compreensão ortodoxa marxista. Ele tanto se distancia das pautas, dos interesses e do corpus econômicos dos proprietários de terra, como também, não se conforma enquanto classe trabalhadora pura e simples, devido ao trabalho familiar na terra não ser retribuído. Suas pautas sociológicas e econômicas se direcionam no sentido de garantir a sobrevivência familiar, mas, não descolada da formação social vigente, pois ele se intercambia reiteradamente com ela, ora se recriando, ora sendo repelido. Assim, o campesinato perpassa historicamente, resistindo e existindo enquanto classe em sua peculiaridade. Como perspectiva metodológica, privilegamos a análise interpretativa baseada no materialismo histórico e dialético na tentativa de trazer respostas mais significativas às discussões e contradições que envolvem o campesinato enquanto sujeito.

Palavras-chave: Campesinato; Classe social; Contradições.

A BRIEF DISCUSSION ABOUT THE PEASANTRY AS A SOCIAL CLASS

Abstract

One of the prominent discussions regarding the position of the peasantry in the capitalist mode of production, as well as its role as a subject, occurs in its understanding as a social class. Marxist understanding of the composition of social classes is fundamentally structured into two: the bourgeoisie and the proletariat, the first being characterized by the possessors and the second characterized by the dispossessed. However, the peasantry as a social subject does not fit into the

linearity of Marxist orthodox understanding. He is so distant from the agendas, interests and economic corpus of landowners, as well, he does not conform as a pure and simple working class, due to family work on the land not being paid back. His sociological and economic guidelines are aimed at guaranteeing family survival, but, not detached from the current social formation, as he repeatedly exchanges with her, sometimes recreating herself, sometimes being repelled. Thus, the peasantry historically permeates, resisting and existing as a class in its peculiarity. As a methodological perspective, we favor interpretative analysis based on historical and dialectical materialism in an attempt to bring more meaningful answers to the discussions and contradictions that involve the peasantry as a subject.

Keywords: Peasantry; Social class; Contradictions.

INTRODUÇÃO

Uma das discussões proeminentes quanto à posição do campesinato no modo de produção capitalista, bem como seu papel enquanto sujeito, se dá em relação a sua compreensão como classe social. Na atualidade, a seara das discussões se volta ao projeto de redefinição desse sujeito dentro do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que lhe tributa outras nomenclaturas, a exemplo a de agricultor familiar.

Mesmo compreendendo que toda a agricultura camponesa é eminentemente familiar, ou seja, realizada pelos membros da família, o conceito e compreensão sociológica do sujeito da agricultura família é gestada pelo capital e alinhado aos interesses destes. É uma definição que projeta a ilusão da transformação do homem do campo que vive do que a terra produz e do resultado do seu trabalho em uma transmutação em um pequeno capitalista, compreensão essa refutada pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais camponeses, a exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Via Campesina.

Desse modo, de um lado, os movimentos sociais e estudiosos do campesinato se posicionam pela delimitação do campesinato enquanto classe social por compreender que os camponeses têm interesses e representações em comum, tanto do ponto de vista econômico quanto político. É na condição de classe social que o campesinato se torna um ator importante na disputa pelo poder e na formulação de políticas públicas (CARVALHO, 2012).

De outro lado, o patronato rural tenta continuamente descaracterizar o campesinato como classe, para integrá-lo com uma fração ou estamento da burguesia rural brasileira, ao tentar caracterizá-lo como um segmento da agricultura patronal. Tenta-se a todo custo, criar ressignificações que emergem no “novo rural brasileiro”, onde novos conceitos são utilizados como categorias sociais a exemplo do *‘part-time’*, como uma tentativa de unificação entre o capitalista/camponês, bem como entre o setor patronal/familiar, dificultando uma reclassificação das classes sociais no campo (CORREIA, 2011, p. 91).

Estes novos conceitos, ao nosso ver, vazios, pois não podemos enquadrar forçosamente o campesinato a uma feição unilateralmente capitalista, visto que sua forma e relação de produção destoa da estrutura dominante, e esta, em tese, preconiza sua aniquilação. Assim, julgamos necessário entrarmos nesse debate, como forma de contribuirmos e melhorarmos nossa leitura sobre esse sujeito, voltado à problemática do campesinato como classe social.

Discussões

Partimos de Marx (2008), e da sua compreensão de classe social, dada a importância que teve a construção das classes sociais em seus estudos, para chegarmos ao entendimento sobre as relações e estratégias que o campesinato mantém em diferentes situações e momentos históricos, que faz ora compreendê-lo como uma classe social, ora não.

Inicialmente, a compreensão marxista sobre a composição das classes sociais no Manifesto do Partido Comunista (MARX e ENGELS, 2008) se estrutura, fundamentalmente, em duas classes sociais: a burguesia, sendo compreendida como dos proprietários dos meios de produção, os capitalistas, rentistas; e o proletariado, que seria a classe composta pelos indivíduos que só tem a oferecer sua força de trabalho a ser vendida, portanto, os despossuídos. O ponto de discussão da contradição do campesinato, enquanto classe social, repousa sobre a incongruência e sua inadequação às duas classes sociais (burguesia e proletariado) do modo de produção capitalista, estabelecidas pela premissa marxista.

No livro III *d'O Capital*, Marx (2017, p. 679) coloca que no capitalismo estão subordinadas e confrontadas três classes sociais: “o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário fundiário”. Contudo o campesinato também não se encaixaria nas três classes expostas. Ele não é um trabalhador assalariado, não é um capitalista, que usa terra pura e simples como mercadoria, e mesmo sendo, em alguns casos, o proprietário da terra, não possui as características peculiares que contêm os proprietários fundiários, como as grandes extensões e a especulação da renda da terra a tributo da propriedade privada.

Para o campesinato, a propriedade da terra, em pequena dimensão territorial, é espaço de morada e terra de trabalho. Desse modo, a compreensão sobre o local do campesinato, enquanto classe social, na formação social do capitalismo está em constante oposição entre classes que o estruturam. Assim, compreendemos que Marx não realizou um estudo profundo sobre o campesinato como classe específica, dada sua incapacidade revolucionária.

Shanin (2008, p. 35) sinaliza para o cuidado com o engessamento da compressão sobre as classes sociais:

(...) o problema de classe, da natureza de classe, é mais frequentemente definido como uma abstração lógica. Há uma abstração lógica que se chama de capitalismo. Nesta abstração tem o proletariado, que é evidentemente um proletariado puro, porque na abstração nenhum deles

tem propriedade. E, tem uma classe de capitalistas que é dona dos meios de produção, claro, todos os meios de produção, e nada mais. Isso é uma abstração que exige um considerável ajuste se olharmos a realidade.

Desse modo, a contradição se estabelece pelo fato do campesinato não se enquadrar nas tipificações das classes sociais do capitalismo, tendo em vista que, em sua majoritária condição, ele não se proletariza e possui a terra como meio de produção. Contudo, devido sua moldura (tamanho da terra e relações de trabalho e de produção) também não se enquadra, categoricamente na burguesia, por sua posição política e econômica contrária, nem tão pouco pertence a uma classe intermediária.

Seu relacionamento com a terra e as relações de trabalho desempenhadas nela, como meio de produção, são os polos garantidores de sua própria condição de camponês de base familiar. Esse vazio de interpretação, povoa uma seara de discussões na contemporaneidade, que ao nosso ver é salutar, dada a dinâmica viva que possui esse sujeito.

Essa problemática também é percebida por Paulino (2008). Para ilustrar seu entendimento, a autora coloca a contradição existente entre a própria compreensão do proletariado como classe social livre de tudo, inclusive de qualquer tipo de propriedade privada. Nas palavras da autora:

Do mesmo modo, mostra como deve ser relativa a noção de proletários como trabalhadores desprovidos de qualquer propriedade, além da força de trabalho própria, já que os trabalhadores ingleses, em sua grande maioria, são proprietários da casa onde residem. Algo que não nos é tão estranho, pois a sobrevivência de parte dos trabalhadores brasileiros só é possível pelo fato de terem a própria moradia, sem que se considere a precariedade delas, bem como as imposições de autoexploração para obtê-las, quando a renda monetária não lhes permitiria arcar com os custos de um aluguel. Entretanto, esta forma de propriedade não altera o seu papel fundamental no universo da produção social mediada pelo trabalho (PAULINO, 2008, p. 202).

Todavia, nas leituras de Marx contidas na obra *“A Miséria da Filosofia”*, de 1847, o autor coloca de forma implícita o reconhecimento de duas formas de compreensão sobre classe social, a “classe em si” e a “classe para si”, explicando que:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital

criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mais ainda não é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas faces, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1985, p.159).

Compreendemos que o autor, nesse momento, estava se referindo ao proletariado industrial do século XIX, mas sua compreensão nos serve de base para abstrairmos as demais. Assim, neste entendimento, a circunstância econômica e social de vida apenas determina a condição de *classe em si*, mas na medida em os interesses que produzem essa classe, em oposição, ganham dimensão política, tornando-a uma classe para si.

Tal compreensão é contida também no, “18 Brumário de Luís Bonaparte”:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, esses milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 2008, p. 116).

Assim, nesta compreensão, os camponeses se constituem enquanto *classe para si*, mas eles se reconhecem enquanto *classe em si*. “O que os torna classe são as condições econômicas e sociais que determinam um modo de vida cujos interesses comuns divergem dos interesses de outras classes” (CORREIA, 2011, p.47).

Na atualidade, autores como Shanin (2005) também compreendem o campesinato como classe para si, a partir da perspectiva marxista, e corrobora tal entendimento. Para o autor o campesinato representa: “não apenas uma construção analítica, não apenas portadora de características de uma matriz geral, mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros” (SHANIN, 2005, p. 15).

Em nossa compreensão, não se esgotaram as possibilidades de leituras do campesinato como uma fração dos trabalhadores que inseridos no modo de produção capitalista, que em determinados momentos o confronta e distorce a realização do capital por completo nos territórios por eles ocupados, exercendo uma ação política contraditória. Essa ação política é a ação da negação da estrutura dominante, que assume, a partir deste contexto, direcionamento ideológico pautado nos interesses próprios de seus iguais.

Para Shanin (1983, p.228), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. Para o autor, o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

Então, que são os camponeses, conceitualmente falando? Voltando, uma vez mais, aos princípios epistemológicos, os conceitos, as generalizações e os modelos não são a realidade, que é, de fato, infinitamente mais rica. Isso torna sem sentido uma pergunta genérica, tal como: “Os camponeses são um modo de produção, ou uma economia, ou uma classe? “pois esses conceitos não são mutuamente, excludentes, nem intercambiáveis ; as luzes que trazem podem ser tomadas. Os conceitos são instrumentos de análise; sua utilidade e utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade. Nenhuma dessas conceituações pode ser total, exceto aquelas que são tautológicas e/ou triviais. Além disso, tal afirmação não constitui defesa de um ecletismo de princípios, pois, a hierarquia de importância é central e pressuposta, e diferentes conceitos mostram diferentes medidas de esclarecimento (ou nenhuma que seja), especialmente quando a pergunta está determinada. São, portanto, a maneira de utilizar o conceito e seus resultados heurísticos o que é central em nosso caso, isto é, discussão sobre um debate atual dentro de um quadro de referência de análise claramente marxista (SHANIN, 2005, p.15).

Com base na citação acima, podemos tirar a compreensão que não podemos nos limitar a trivial instrumentalização proposta pelo conceito fechado de qualquer objeto que seja. Esse caminho nos conduz a respostas tautológicas, sem análise crítica das contradições que existem nos sujeitos, aqui em evidência o campesinato. Esse sujeito no capitalismo ora se retrai, ora se coloca frente ao capital.

Carvalho (2012), em seus estudos sobre campesinato, ressalta as posições que esse sujeito assumiu no curso histórico em diversos modos de produção até chegar na contemporaneidade. Ele enfrentou lutas desde a condição de cativo, passando pela servidão feudal até a atual subalternidade ao capital, tendo sempre a capacidade de resistir e confrontar a estrutura dominante, o que o credencia como uma classe social.

Quando o campesinato contemporâneo resiste socialmente às iniciativas várias de desagregá-lo, como comentamos anteriormente, ele está se afirmando como um modo de produzir e de viver. Todavia, quando ele não apenas resiste, mas se afirma como camponês pela construção da sua

autonomia e a negação do modo de produção capitalista como práxis social dominante, acentuando que é um modo de produção que deve ser superado e, para tanto, se alia com o proletariado para combater a burguesia como classe social que domina e comanda esse processo geral destruição da vida, nesse processo político se instaura a contradição de classe entre o campesinato e a burguesia. Então, nessa luta concreta de classes, o campesinato se comporta econômica, política e ideologicamente como classe social em confronto com a burguesia (CARVALHO, 2012, p. 37).

Nesse mesma tônica, coloca Martins (1980, p. 13-15):

O trabalhador da fábrica e o lavrador do campo vivem, em face do capital, processos sociais diferentes, porque se defrontam com o capital de modos diferentes. São por isso classes sociais entre si diferentes (...) os fundamentos da conduta e da consciência do lavrador do campo são completamente diferentes. Um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, pertence a outra classe social, cujas relações sociais são de outro tipo, cujos horizontes e limites são outros. Esperar que os lavradores do campo, os posseiros, os arrendatários, os colonos, os parceiros, os pequenos proprietários, ajam como se fossem operários, aprendam a pensar como a classe operária, é esperar o impossível. Essa espera é um absurdo e, quando se transforma numa exigência político-partidária, é até mesmo um crime. É uma espera idealista, reacionária (...) Só uma força fora do mundo do lavrador, uma força que atinja por igual a todos os lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social.

Desse modo, o campesinato e a burguesia se confrontam diretamente com os processos de subalternização e supressão histórica que mantém as forças dominantes do capitalismo sobre as classes trabalhadoras. Tal situação se dá no rural a partir das contradições e dos interesses diametralmente diversos entre o campesinato e o agronegócio. Assim, exige-se do campesinato uma posição, com pauta política e ideológica, de reconhecimento de sua posição na estrutura social, e, portanto, o seu reconhecimento como classe.

Nesse sentido, cabe-nos colocar a compreensão de Thompson no que se refere a fazer-se classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se

opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termo culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p. 10).

Dentro deste contexto, ao analisarmos o campesinato da contemporaneidade, ele se apresenta em sua condição de trabalhadores ligados à terra, como o principal meio de produção e de manutenção/agregação da sua família, estando em constantes conflitos, seja político, econômico ou ideológico com a grande estrutura de produção, que tenta desarticulá-lo a todo custo e em todo tempo. Neste sentido, percebemos sua identidade de classe.

Assim, o campesinato se apresenta como uma classe social, que baseada em seu trabalho familiar, transita entre o movimento contraditório do capital, como forma de estranhamento, negação e de subordinação, compondo, assim, estratégias que garantem sua reprodução enquanto camponês e derivam na multiplicidade de conceitos, ou mesmo, na criação de novos que se adequem a uma agenda sociopolítica.

Dentro do entendimento das multiplicidades conceituais, é comum se estabelecer uma confusão quanto à formulação e utilização do conceito de agricultor familiar na contemporaneidade. A partir da década de 1990, o uso do termo agricultura familiar adquiriu significado e importância sociológica a partir de sua utilização pelas políticas públicas, o que tornou o termo um conceito dirigido e diferenciado. “O termo agricultura familiar tem sido introduzido – principalmente a partir da década de 90- em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado” (BOMBARDI, 2003, p 109).

Em nossa compreensão, todo camponês é eminentemente um agricultor familiar, pois ele trabalha e dirige sua unidade produção com o trabalho dos integrantes da sua família, tendo o resultado de sua produção destinado, prioritariamente para a manutenção da sua família. Entretanto, no contexto socioinstitucional, o termo agricultura familiar carrega um viés político e ideológico bastante fundamentado, na tentativa de metamorfosear o campesinato em uma figura política e inserida no mercado.

No contexto das políticas públicas o termo agricultura familiar é utilizado para “modernizar” o conceito de campesinato, inseri-lo no processo de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, faz parte do bojo de transformações sociais e ideológicas ligadas a estrutura de mercado que quer, a todo custo, requalificar sujeitos e moldar conceitos aos interesses da reprodução do capital.

Abramovay (1992), na obra “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, coloca que o campesinato para continuar no modo de produção capitalista estaria em crescente processo de inserção ao mercado a partir da figura do agricultor familiar. Ou seja, são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos (ABRAMOVAY, 1992, p. 24). Na compreensão do autor, o caminho para o campesinato, enquanto estrutura social

anacrônica, seria sua inserção ao mercado, mesmo de que forma dependente e incompleta, pois em sua estrutura produtiva e em suas relações de trabalho, não poderiam ser enquadrados exclusivamente na concepção de produtores capitalistas.

Neste contexto, Lemarche (1998) assevera: “nossa reflexão a respeito da agricultura familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado” (LAMARCHE, 1998, p. 22). Seria, portanto, o processo de inserção e transformação da pequena estrutura camponesa em uma pequena estrutura capitalista de produção que recomporia o campesinato em agricultor familiar. Assim, “a definição (portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado” (ABRAMOVAY, 1992, p. 24).

Compreendemos que esse modelo não consegue exprimir a realidade, mas reduz a importância social do sujeito camponês. O campesinato sempre se intercambiou com mercado para comercialização para realização do consumo e manutenção de sua estrutura produtiva. Contudo, esse processo de intercâmbio revela essencialmente a posição do campesinato no interior do modo de produção capitalista.

Outrossim, Shanin (1980), Martins (1990) e Oliveira (1991) partem da compreensão do campesinato como sujeito inserido no modo de produção capitalista em sua contradição. Ou seja, é o próprio modo de produção capitalista que em sua contradição que reproduz as formas sociais, não necessariamente capitalistas, entre elas, o campesinato. Assim, na compressão dos autores supracitados, o campesinato seria uma classe social reproduzida no interior do modo de produção capitalista.

Martins (1996, p. 19-20) “coloca que capitalismo, na sua expansão, não só redefine as antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”.

Oliveira (1991), fundamentado nas concepções de Luxemburgo (1985), coloca o capitalismo, para se reproduzir de forma amplificada, ou seja, conseguir absorver maiores frações de mais valia, necessita manter, para subordinar as formações não necessariamente capitalistas. Desse modo, o campesinato é considerado uma classe social sujeita ao capitalismo. Essa sujeição ocorre quando o campesinato subordina sua estrutura produtiva ao capital (OLIVEIRA, 1981).

Nesse processo, o capital além de controlar majoritariamente as estruturas de produção, subsume a renda da terra e do trabalho, bem como controla os preços da terra e das mercadorias, possuindo assim um controle real sobre o campo. Assim, quando o campesinato produz e intercambia sua produção com o mercado, ocorre a sujeição da renda trabalho e da renda da terra ao capital. Assim, o campesinato seria uma classe subalterna no modo de produção capitalista (MOURA, 1986).

Contudo, mesmo reproduzido no interior do modo de produção capitalista, o campesinato guarda significativas diferenças com a estrutura capitalista. A estrutura capitalista baseia-se, fundamentalmente, na produção de mercadorias

para a obtenção do lucro. A estrutura camponesa localiza-se no interior do capitalismo, mais para a produção de mercadoria para ser trocada por outra mercadoria do que para obtenção do lucro, ou seja, é uma reprodução simples. Utilizando a formulação marxista, seria produzir mercadoria para trocá-la por dinheiro para consumir mais mercadorias, as mercadorias não produzidas na unidade camponesa de produção (M-D-M).

Assim, o campesinato, sendo ele o sujeito que detém os meios de produção para si, converte o resultado da sua produção, prioritariamente, a reprodução de sua socioestrutura, familiar e produtiva. Seu objeto é a manutenção da sua família e não o lucro objetificado, essa não é a razão do funcionamento da sua unidade familiar de produção. Desse modo, a unidade familiar, o controle do trabalho e dos meios de produção, além do fator político, também subsidia a leitura do campesinato como classe social diferenciada, pois, possui o controle de forças produtivas, mas, de forma subordinada e inserida no circuito reprodutivo do capital. No capitalismo, ora ele é repelido, subsumido e expropriado, ora ele é reproduzido em sua própria contradição circunscrito no movimento da acumulação ampliada do capital (LUXEMBURGO, 1985).

Esse processo de subordinação ocorre a partir da exploração da força de trabalho e da apropriação do excedente que contém a renda da terra. Contudo, antagonicamente o “campesinato resiste até o limite da incapacidade de sua sobrevivência”, quando esse limite é ultrapassado, ele se reúne enquanto classe social e se insurge, como sujeitos vivos (WOLF, 1970).

No curso histórico, muitos foram os momentos de levante do campesinato frente à estrutura dominante que ora o repele, ora o reproduz subordinadamente. Merecem destaque os movimentos ocorridos no campo brasileiro desde o período colonial, a exemplo da Cabanagem (região Norte) e da Balaiada (MA), bem como os decorridos na fase da república: Canudos (BA), a Guerra do Contestado (PR e SC), e Caldeirão (CE), e posteriormente as Ligas Camponesas ocorridas no nordeste do Brasil na segunda metade do século XX. Esses movimentos denotam o aspecto da resistência e mobilização camponesa sob as diferentes molduras do Estado no curso histórico (TARGINO, 2002). No que se refere as Ligas Camponesas, elas se instituíram como movimento de resistência e insurreição frente às péssimas condições de vida e de trabalho no campo. Suas reivindicações assumiram conteúdo político-jurídico, na luta por reconhecimento trabalhista e, posteriormente, na luta por terra, face a extrema concentração fundiária e a desigualdade social que avança no campo de forma verticalizada. As Ligas Camponesas imprimiram importância política e resistência ao campesinato.

Essas insurreições são percebidas como um processo tático orientado pela pauta dos interesses de classe camponesa, contudo, em sua maioria reprimidas. Desse modo, para continuarem em luta, e esta luta ganhar conteúdo e musculatura, os camponeses se inserem nos movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais, a exemplo da CPT e do MST. Esses movimentos têm em suas agendas o processo de lutas frente à questão agrária, consubstanciado por uma ampla luta pela Reforma Agrária.

É necessário colocar que entendemos a questão agrária a partir do processo conflituoso estabelecido pelas desigualdades nas relações sociais de produção no

campo, caracterizada pela vertiginosa concentração de terras pelo capital fundiário, mantedor contumaz das desigualdades e das diferenciações entre as classes.

Assim, compreendemos que diante das diferenciações sociológicas e socioeconômicas dos camponeses frente às duas classes estabelecidas pela linearidade do pensamento da ortodoxia marxista, bem como pela estratégia não bem-sucedida do próprio capital em reproduzir o campesinato em sua semelhança, a exemplo da interpretação dele como um pequeno burguês, um “micro empresário” rural, o campesinato, na atualidade se organiza e põe suas pautas socioeconômicas em discussão. Desse modo, tributamos a compreensão do campesinato enquanto classe social a partir da sua peculiaridade e seus eixos de interesses que o mantém coeso enquanto sujeito e classe, que são: terra, trabalho e família, os elementos socioeconômicos pelos quais ele luta e resiste, pois, são garantidores de sua reprodução e continuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão estabelecida sobre as classes sociais contidas no modo de produção capitalista propõe uma leitura linear entre duas classes distintas (burguesia e proletariado), o que não cabe uma interpretação mais precisa sobre as derivações dos sujeitos que compõem as classes, seus interesses e lutas.

O campesinato enquanto sujeito social, histórico e econômico não se encaixa na compreensão dualista da ortodoxia marxista. Seus interesses, seus campos de lutas, sua representatividade sociológica, seu processo reprodutivo em nada se assemelha à burguesia, mesmo, em alguns casos, sendo ele detentor dos meios de produção (terra, instrumentos de trabalho). A constituição e finalidade de sua base econômica se distancia dessa classe dos grandes proprietários da terra. Da mesma forma, o controle do seu trabalho, em tempo, forma e intensidade, bem como o uso da força de trabalho, não retribuída, dos integrantes da unidade familiar de produção, lhe outorga uma relativa autonomia perante os rigores e padronização estabelecida ao proletariado. Ele contém peculiaridades que não tributa sua leitura como integrante localizado inteiramente na classe proletária pura, muito menos com a classe burguesa.

Mas afinal, onde se localiza então o campesinato? O campesinato se localiza em sua própria peculiaridade econômica, produtiva, reprodutiva e sociológica que o torna sujeito histórico dada sua importância na construção social e manutenção da própria vida organizada em sociedade. Assim, ele é compreendido enquanto classe por sua natureza e finalidade produtiva, que o diferencia da estrutura dominante, bem como os elementos de sua resistência perante as desigualdades impositivas pela formação social dominante o distancia de uma leitura linear sobre o sujeito social engessado pelas classes do capital. Desse modo, o que faz um sujeito social coletivo se constituir em classe são os interesses comuns que os unem em torno das experiências e de sua organização social, onde eles, enquanto sujeitos, passam a reconhecer e defender suas pautas. Nesta compreensão, o campesinato se arregimenta, a partir dos seus movimentos socioespaciais e socioterritoriais, e as diversas associações de camponeses que buscam construir

identidade, caminho e alternativa para resistir e existir na formação social dominante que não contempla sua composição e existência sociológica enquanto classe.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro- Campinas: Editora Hucitec- ANPOCS- Editora da Unicamp, 1992.
- BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: **Geosp- Espaço e Tempo**, São Paulo, N. 14, PP. 107-117 2003.
- CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. In: **Revista NERA- Boletim DATALUTA**. Presidente Prudente, 2012.
- CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. (Dissertação de Mestrado). 281 f. Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Departamento de Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2011.
- LEMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade**. Campinas: UNICAMP, 1998. V. 2 (Coleção Reportórios).
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo, Hucitec. 1980.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Editora Global, 1985.
- MARX, KARL e ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo. Ed. Martin Claret, 2008.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Livro II.: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOURA, M, M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 58, São Paulo, AGB, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PAULINO, Eliani Tomiasi. Território e campesinato: da teoria à práxis. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (1): 199-211, jul./dez., 2008.

SHANIN, Teodor. **La classe incómoda. Socióloga política do campesinato em uma sociedade em desarrollo (Rusia 1910-1925)**. Madri , Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: Editora brasileira de ciência. Nº 26, 1980.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações-o velho e novo em uma discussão marxista. Presidente Prudente. **Revista NERA**- ano 8, n. 7- junho/dezembro de 2005, pp. 1-21.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.23-48.

TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais no Brasil. In: **Raízes**, Campina Grande, vol 21, nº 01, p. 148-160, jan/jun. 2002.

THOMPSON, Eric P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. v.I, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.